

Título do Trabalho:

“Em Busca das Origens Indígenas do Rio Grande do Norte: Um Estudo sobre o grupo os Mendonça do Amarelão”

Este presente artigo (resumo) trata de uma pesquisa desenvolvida na Base de Pesquisa Cultura, Identidade e Representações Sociais do Departamento de Antropologia da UFRN da qual faço parte e onde desenvolvo um estudo sobre os “Mendonça” do Amarelão, uma comunidade de João Câmara, cuja origem e memória históricas estão ligadas a indígenas que ali chegaram a partir do século XIX, migrantes do Brejo da Paraíba.

O estudo busca reconstruir a história do grupo, através da memória-histórica e de sua história oral, bem como através de subsídios bibliográficos que são muito escassos com relação ao assunto. São considerados os aspectos históricos, políticos, econômicos, cultural, os conflitos de terra, sua identidade e memória.

Jussara Galhardo Aguirres Guerra
e-mail:filhosol@digicom.br

O “Amarelão” está situado no Município de João Câmara/RN, localizado a 70 km de Natal, com cerca de dois mil indivíduos, com mais de 200 famílias e com uma extensão territorial de aproximadamente cinco mil hectares.

A referida comunidade nos despertou curiosidade pela forma como se organiza em torno de uma “grande família”, bem como sua organização social, o apego à terra, a luta por sua posse coletiva e a identidade do grupo que se reconhece como “os Mendonça” do Amarelão⁽¹⁾. O que há de relevante, no aspecto cultural, de coesão, de memória coletiva, de história oral e identidade que faz “os Mendonça” do Amarelão serem identificados e reconhecidos por eles mesmos e pela população local como “uma grande família”, como “índios”, “caboclos”, etc ?

Os documentos e bibliografia são escassos no que se refere a este grupo, no entanto encontra-se alguma referência no livro de Nestor Lima em: *Municípios do Rio Grande do Norte*, onde menciona sobre a chegada dos primeiros habitantes daquele lugar no início do século XIX, vindos do Brejo da Paraíba, há mais de um século. Há referências também feitas por Luís da Câmara Cascudo, com uma importante descrição sobre o grupo, entre outras fontes levantadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

É possível que como aconteceu no norte/nordeste do país essas populações se dispersaram nos núcleos urbanos que avançaram crescentemente nos séculos XVIII e XIX. Estes indivíduos tiveram que se readaptar a um novo desafio, pois o *índio misturado* passou também a ser o sem-

terra, o sem-história, o sem-rostos. Tornou-se “invisível”, imperceptível e confundido com o resto da população, sentindo-se estrangeiro em sua própria terra.

As versões oficiais não mostram os índios como sujeitos históricos, no entanto, como podemos observar eles oferecem grande resistência frente ao opressor, longe do mito criado pela ideologia dominante em torno da “cordialidade” ou do “pacifismo” do povo brasileiro. Como ilustração deste detalhe, a Guerra dos Bárbaros⁽²⁾ ou Guerra dos Índios (como preferiu chamar Câmara Cascudo) que aconteceu durante o século XVI, é um bom exemplo de luta e de resistência dos índios do Rio Grande do Norte.

Ao contrário do que é enfatizado com relação à história indígena do RN, em que se afirma que “todos os índios foram extintos e derrotados” pelas forças opressoras, pode-se observar que houve resistência e esta não foi apenas durante a Guerra dos Índios (Açu-RN), mas estendeu-se ainda por mais de um século em combates esporádicos nos sertões do Rio Grande do Norte. E, mais tarde, no século XIX essa resistência continuou de forma desarmada, sendo mais politizada e argumentativa, quando os índios reclamam de suas terras aos órgãos governamentais.

E essa resistência de luta pela terra irá perpetuar até o século XX, conforme relato de Câmara Cascudo em: “História de um Homem” quando se refere aos “Mendonça” do Amarelão (ver pág. 5).

A Lei de Terras promulgada em 18 de setembro de 1850 afetou drasticamente o destino dos povos indígenas. Ela buscou atender às necessidades estruturais dos latifúndios, visto que na época estava em plena decadência a sociedade escravista e foi necessário substituir a força de trabalho. Barrava-se assim, o acesso à terra dos pequenos agricultores independentes e não-escravistas, reforçando-se o latifúndio escravista. As terras devolutas significavam que não havia mais índios, visto que esses estavam “amansados” e suas terras poderiam, dessa forma, ser sumariamente expropriadas. (FILHO: 218) .

Até algumas décadas atrás se aceitava quase que inquestionavelmente a condição do “desaparecimento” dos índios do Nordeste. Esse pensamento teve sua base alicerçada a partir de medidas governamentais que se empenharam em estimular a diluição dos povos indígenas através dos aldeamentos (reduções). As aldeias administradas pelos jesuítas significavam uma redução dos grupos étnicos que se deslocavam de seus territórios originais para serem concentrados nas aldeias, isso de certa forma, facilitava a posse dos colonos nas terras que se tornaram “desocupadas”.

E assim, muitos povos indígenas foram “extintos”, apesar de continuarem vivos. O que ocasionou a ocupação massiva e sempre crescente de suas terras ao longo dos séculos.

O “desaparecimento” do elemento indígena no Rio Grande do Norte tornou-se consenso entre muitos historiadores e para a maioria da população. Câmara Cascudo (História do Rio Grande do Norte:1955) apresenta um quadro no mínimo melancólico no que se refere à presença indígena no RN, durante o século XIX. E afirma que já a partir de 1850: “rareiam as informações e as referências são aos mestiços”. (CASCUDO:39). A idéia que o indígena ao se misturar com a população “envolvente”, deixa de ser ‘índio’, tornou-se uma idéia fixa entre historiadores e a população em geral. Na lógica positivista o indígena em se tornando “caboclo” perdia todo seu referencial histórico e a conexão com seus antecessores indígenas, e assim se tornaria “em tese”, destituído de memória, de história e de identidade, e o que é mais grave, de seus direitos originários sobre a terra.

Este fato era de se esperar, considerando que o contexto histórico da época coincide com a promulgação de Lei de Terras (1850) e favorece o “desaparecimento” do índio, de maneira a facilitar a posse de seus territórios. E assim, o mestiço foi subtraído de seus direitos originários e de valores que o ligava a seus antecedentes indígenas. O indígena “desaparece”, torna-se “invisível” para sobreviver.

Vale ressaltar que nos últimos dez anos, apesar do órgão governamental indigenista, a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, não reconhecer e não registrar oficialmente a presença indígena no RN, a omissão oficial não impediu que algumas “identidades emergentes” se revelassem nas últimas décadas. Conforme dados mais recentes dos censos de 1990/2000 do IBGE/RN (tabelas 1.6-1990; e 2.1-2000), podemos constatar a presença indígena no Rio Grande do Norte. E, embora seja um fato por nós ainda desconhecido, está sendo objeto de nossas investigações atuais.

As perdas territoriais que sofreram os grupos indígenas do RN, sobretudo após a Lei de Terras (1850), também ocorreu nas terras do Amarelão, a partir do final do século XIX até início do século XX, quando da chegada de João Câmara⁽³⁾ (1914) e outros fazendeiros naquela localidade.

É durante o contexto histórico de agravamento das tomadas de terras indígenas que acontece a migração de um casal de índios “domesticados” saídos de São Gonçalo, e outro casal vindo do Brejo da Paraíba, para se fixarem no Amarelão. (LIMA:20).

Nestor Lima ainda afirma:

Há mais de um século, veio do Brejo paraibano, Ignácio Barbosa, casado com Izabel Maria da Conceição e fixou-se no lugar Amarellão. Mais ou menos na mesma época, chegava de São Gonçalo, Antonio José de Mendonça (índio domesticado) com sua mulher. (LIMA: 20).

Ainda segundo ele, a descendência dos casais se entrelaçou (endogamia), dando origem aos Mendonças do *Amarellão* e que havia cerca de seiscentas pessoas entre homens, mulheres e crianças, cujas atividades principais eram a agricultura e a criação de animais. Eles agrupavam-se em uma aldeia.

Câmara Cascudo faz algumas citações com referência à migração e origem étnica dos “Mendonça”. Um fato importante a ser considerado é que a origem étnica do grupo citada é indígena e que ali chegara por força das migrações da época:

“Pelos trilhos, dez quilômetros além, estendia-se o Amarelão onde os Mendonças moravam há mais de um século em regimen tribal, mestiços de Tupis, fugidos dos aldeamentos que se tornaram vilas (...).”(CASCUDO:37).

Cascudo no início do século XX fez também essas referências: *“(...) Tinham um chefe. Residiam em centos de choupanas semeadas pelas encostas. Eram frugais, desconfiados, silenciosos, devotos do chefe, com economia agrária coletiva, trabalhando aos grupos, endogâmicos, ciumentos da terra e vivendo dela e para ela, exclusivamente (...). Não conviviam com os outros moradores circunvizinhos. Estavam sempre na aldeia que para eles era a maloca ancestral, como fogo de moacaretá ardendo e aquecendo os velhos companheiros nas horas amáveis de confabulações e exame dos interesses familiares (...).”(CASCUDO:38)*

Afirma Seu Pequinho, morador do assentamento Santa Terezinha (Amarelão):*“Papai nasceu em 1911 e era “Mendonça”. O pai de papai era do Brejo da Paraíba”. “(...) Vários vieram do Brejo e se casaram. Papai era do Brejo e se casou com uma ‘Mendonça’ (...).”*

As terras de Baixa Verde⁽⁴⁾, assim como de outras localidades da região, foram usadas para expandir o comércio algodoeiro que tomou impulso a partir de 1930.

O período áureo do algodão foi de 1930 a 1940 quando conquistou o primeiro lugar no cômputo da exportação estadual. O povo do Amarelão passou a ser a mão-de-obra barata nas fazendas. As famílias trabalhavam como bóias-frias. A comunidade do Amarelão começou então, a perder suas terras gradativamente.

Após esse período de efervescência econômica e política na região, “os Mendonça” vão trabalhar em uma fazenda num local próximo da comunidade e lá permanecem por vinte longos

anos. Com a perda e a invasão de terras do Amarelão, os “Mendonça” sentem-se “ilhados” pelos fazendeiros que ocupam a área. O grupo se organiza para reavê-las, começando, a partir de então, sua luta pela terra.

Seu Pequinho (um *Mendonça*) ao se referir às propriedades que eram deles afirma que aos poucos, num processo de invasão, as terras foram sendo tomadas por fazendeiros e latifundiários. Este processo se iniciou a partir do século XIX e se prolongou até o século XX, quando João Câmara e demais fazendeiros dominaram a região do Mato Grande. Após sua morte, surgem outros políticos e latifundiários que comprou as terras da localidade para a plantação de cana. Geraldo Melo, por exemplo, da família “Alves”⁽⁵⁾, político e usineiro, pertencente a uma das oligarquias do RN, empregou muitos “Mendonça” para trabalharem em suas terras na cultura da cana.

A luta pela terra é tradicional entre os “Mendonça”, Câmara Cascudo faz referência à comunidade na época em que estava em pleno vapor o comércio algodoeiro e as invasões das terras em Baixa Verde, no Amarelão e nas demais localidades vizinhas por empresários, políticos e latifundiários:

“ (...)Um sobrinho e delegado plenipotenciário dos Tuixaua ⁽⁶⁾ do Amarelão procurou meu pai em Natal para que impedisse o esbulho de suas terras possuídas em usucapião centenário. Meu pai interessou-se e um advogado defendeu os “Mendonças”, garantido-lhes a terra tão sua. (...)”.

A principal atividade econômica da comunidade é o beneficiamento da castanha e sua comercialização. É uma economia de subsistência que exige muito trabalho e oferece pouco retorno. Foi criado o projeto-castanha a partir da iniciativa dos “Mendonça” e suas lideranças. A distribuição da castanha é rudimentar e realiza-se na capital, em vários pontos da cidade e em praias da orla sul e norte da costa potiguar. A grande maioria dos vendedores de castanha em Natal é “Mendonça”.

A Comunidade do Amarelão apresenta aspectos relevantes em relação à memória e à história oral. Eles falam sobre uma origem comum e que são descendentes de indígenas do grupo Tapuia, (antigo grupo étnico que habitava o interior do RN) e que, os mais antigos migraram do Brejo da Paraíba, há mais de dois séculos atrás, se instalando no Amarelão, gerando assim, seus descendentes através de uniões endogâmicas.” O que formou a “grande família” que se preserva até os dias de hoje. Os “Mendonça” preferem os casamentos endogâmicos até os dias atuais, no entanto, há também uniões com “pessoas de fora”, segundo eles.

Ronaldo de Melo, trinta anos, morador do Amarelão fala sobre a origem do grupo e explica a origem do nome do lugar: *“Dizem que quem deu origem a isso aqui por um casal dos Tapuia vindos do Brejo da Paraíba, que aqui chegaram no início do século XIX. Como eles eram “amarelo”, o nome do lugar foi chamado de Amarelão”.*

Um outro morador do Amarelão, Seu Antônio, mais de setenta anos nos informa sobre a origem dos “Mendonça”: *“O pessoal diziam que os “Mendonça” tinha uma parte com..... assim..... uma espécie de índio! Lá naquele pontinho começou..... É tudo de lá.... Alguém diz que são índios.”*

Essa referência ao passado (suas origens mais remotas) é um elo importante de coesão do grupo, que os faz se sentirem unidos e coesos. A memória como uma manifestação coletiva dos acontecimentos e da interpretação do passado, reforçam sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais em coletividade, como grupos, famílias etc. (POLLAK: 7).

Os “Mendonça” se organizam socialmente através da coletivização da terra, da união do grupo em torno do trabalho (produção da castanha), através da endogamia (um ponto de coesão muito forte da comunidade) e pela forma como se identificam entre eles mesmos e perante o “outro” (a população local e geral) como “um Mendonça”, sua expressividade de pertencimento e de identidade que os remete(pela memória-histórica) às origens indígenas.

Câmara Cascudo se referiu no início do século XIX aos “Mendonça” no que diz respeito à coesão do grupo e ao comportamento tático diante dos desafios, “numa fidelidade de sombras”:

“(...) Vinham trabalhar juntos, em grupos não inferiores a uma vintena. Calados, tristes, resignados, suavam sem cantar emboladas e desafios como os cossacos. À menor desconfiança na constatação da mais ligeira ofensa, mesmo intuitiva, o pretenso agredido limitava-se a balançar desaprovadamente a cabeça redonda. E abandonava o trabalho. Todos os outros Mendonças o acompanhavam, imediatamente, numa fidelidade de sombras. Assim eram os Mendonça do Amarelão (...)” (CASCUDO:37).

Os “Mendonça” demonstram traços característicos de coesão de grupo e de diferenciação bem demarcada frente à população local (que o discrimina) e a sociedade em geral, afirmando-se como um grupo coeso e diferenciado.

NOTAS:

(1) “Os “Mendonça” é uma auto-denominação do grupo e está grafada conforme o grupo fala e se reconhece.;

(2) Guerras feitas com licença do Rei ou do Governador Geral contra os povos indígenas que combatiam os Portugueses, impediam o comércio e que fizessem alianças com outros povos europeus;Gilberto Azanha;Virgínia Valadão;os Povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias;1991;p.20;

(3) João Câmara, fundador do Município que recebeu seu nome. Era empresário, latifundiário e político importante do RN. Foi grande empreendedor do comércio algodoeiro e na construção de estradas ferroviárias no RN (início do Século XX;Paulo Pereira dos Santos;Um Homem admirável:João Câmara,1997;p.76;

(4) Baixa Verde, nome antigo (1928) da atual Município de João Câmara;

(5) “Alves”- oligarquia do Rio Grande do Norte

(6) Palavra indígena do tronco Guarany que significa maior, chefe de uma tribo; vocabulário guarani/português; Mário Arnoud Sampaio; editora Três; S.P.; 1988.

BIBLIOGRAFIA

AZANHA, Gilberto e VALADÃO, Virgínia Marcos. *Senhores Destas Terras: Os Povos Indígenas do Brasil: da colônia aos nossos dias*, Atual, SP, 1991;

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, MEC/ RJ, 1ª Edição 1954, 2ª Edição 1995;

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios do Brasil*. Global, SP, 1983;

FILHO, Ivan Alves. *Brasil, 500 Anos em documentos: Um livro de referência, didático para estudos e consultas sobre documentos que registram a história do Brasil*, ED. Mauad, 2ª Edição, RJ, 1999;

FILHO, Olavo de Medeiros. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande do Norte*. Natal; departamento estadual de Imprensa, 1997;

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa - as origens brasileiras da teoria de bondade natural*; Topbaks, RJ, Ed. 1976;

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Baixa Verde, Caicó, Canguarema e Caraúbas*. Ed. Fac-simelar da Revista IHGRN: Vol. 27/28: 1990; 1ª.ed.:1937; Coleção Mossoroense; série C Vol.DXCVI;

MARIZ, Marlene & PORTO ALEGRE, Maria Sylvia e DANTAS, B.G. *Documentos para a História Indígena do Nordeste*. NHII-USP/FASEP; São Paulo; 1994;

MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz. *Etnohistória dos Índios Potyguara: ensaio, relatórios e documentos*. João Pessoa, PR/PB-SEC/PB, 1992;

OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colônia e territorialização e fluxos culturais*; Museu Nacional/UFRJ/RJ, 1997;

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992;

_____. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989;

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Rompendo o Silêncio: Por uma Revisão do “Desaparecimento” dos Povos Indígenas* (1998), GTHNOS – Revista Brasileira de Etnohistória, ano II, nº 2, Recife/PE;

RIBEIRO, Berta. *O Índio na História do Brasil*, SP; Global, 1983;

RIBEIRO, Darcy. *O Índio e a Civilização*. Petrópolis, Vozes, 1984;

REESINK, Edwin. *Alteridades substanciais. Apontamentos diversos sobre índios e negros.* artigo mimeografado;1999.

SAHLINS, Marshall. *O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em via de extinção?* PPGAS/ Museu Nacional, 1937;

SANTOS, Paulo Pereira. *Um Homem Admirável: João Severiano da Câmara: O Empresário e Político.* Dep. Est. de Imprensa, Natal,1997;

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONNE, Luis Donisete. *A Temática Indígena na Escola: subsídios para professores de 1º e 2º graus*, Brasília, MEC, 1995;

TAUNAY, Afonso E. *A Guerra dos Bárbaros.* Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, volume863:29, 1ª ed. 1936, 2ª ed. 1995;